ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA° N.° 4/03

SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2003

29 de Abril de 2003

Os trabalhos foram declarados abertos às 21 horas.

Mesa da Assembleia: **Presidente, António Ramos Preto.**

Primeiro Secretário, Maria Arlete Rocha Rodrigues.

Segundo Secretário, José Manuel Tavares Teodoro.

Membros presentes: Todos, com excepção do senhor Catolino Pinto conforme consta da relação anexa.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o senhor Presidente, Joaquim Raposo, e os senhores Vereadores Amadeu Matias, Carla Tavares, Gabriel Oliveira, João Bernardino, José Coutinho, José Evangelista, Maria João Bual, Vasco Jardim e Vieira de Castro.

Verificado o Quórum, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão.

I – TOMADA DE POSSE

O senhor **Presidente da Assembleia** informou, que se encontrava na Mesa o pedido de substituição para esta Sessão, ao abrigo do n.°. 1 do Art°. 79°. da Lei n.°. 169/99, de 18 de Setembro, do senhor Luís Manuel Isídro Guarita, do PSD (Documento anexo à presente Acta)tendo sido dada posse, nos termos do Art°. 10°. do Regimento, ao senhor Rafael Duarte dos Santos Evaristo, suplente da lista do PSD.

II - ORDEM DO DIA

PROPOSTA:

1 – Apreciação, nos termos da alínea e) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da ***"Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município";***

2 – Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"Documentos de Prestação de Contas"***, do ano de 2002***;***

3 – Apreciação, nos termos da alínea c) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, de ***"Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais";***

4 – Apreciação para aprovação, nos termos do Artigo 6º. do Decreto Lei nº.7/2003, de 15 de Janeiro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"Criação do Conselho Municipal de Educação";***

5 – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea s) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"Feira da Brandoa – Protocolo de Descentralização de Competências para a Junta de Freguesia da Brandoa";***

6 – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea s) do n.º. 2 do Artº. 53º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"Mercado da Brandoa – Protocolo de Descentralização de Competências para a Junta de Freguesia da Brandoa".***

Não havendo pedidos de intervenção, passou-se à votação e foi aprovada a proposta por unanimidade dos 36 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

III – CORRESPONDÊNCIA

Foi distribuída no início da Sessão uma relação do expediente aos representantes de cada Grupo Municipal.

IV - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que este período tem a duração de 30 minutos e é destinado à intervenção dos senhores munícipes que nos termos do Regimento não podem ultrapassar os 5 minutos por intervenção. Posteriormente será dada a resposta pelo senhor Presidente.

Pediu a inscrição a senhora Margarida Machado.

A senhora **Margarida Machado** leu um documento (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu, depois da solicitação do senhor Presidente da Assembleia, que por desconhecer a matéria pedia à senhora munícipe a possibilidade de se informar sobre o processo que referiu, até porque parte do processo decorria de período anterior à sua gestão. Posteriormente ou ele ou o senhor Vereador Vasco Jardim a informaria do que houvesse por conveniente.

V - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor **Presidente da Assembleia** explicou que este período é de uma hora improrrogável distribuída conforme o Artº. 33º. do Regimento. Abertas as inscrições e não havendo qualquer interessado, encerrou-se este Período.

VI - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 - Apreciação, nos termos da alínea e) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da ***"Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município"***.

O senhor **Presidente da Câmara** informou que prescindia da apresentação e aguardava a colocação das questões.

Inscreveram-se os senhores José Fernandes e Carlos Jerónimo.

O senhor **José Fernandes** referiu que na pág. 14 do Relatório de Actividade, o Programa e as Acções a desenvolver para as comemorações do 29º. aniversário do 25 de Abril de 74 eram paupérrimos.
Não fora a Sessão Solene promovida pela Assembleia Municipal e esta data passava despercebida na sua importância e reflexo no Poder Local. No seu entender devia manter-se vivo o testemunho e importância para se não perderem na memória por mais novos.

O senhor **Carlos Jerónimo** questionou ao senhor Presidente da Câmara a atribuição de 52 mil e oitenta e oito contos referentes a prejuízos resultantes da cedência do terreno para a construção da Igreja da Brandoa. Como a Igreja já foi construída há uns anos, temo que seja mais uma das expropriações que não foram pagas no tempo adequado e por outros executivos anteriores.

O senhor **Presidente da Câmara** congratulou-se de que o Município da Amadora ainda fosse um dos que comemora o 25 de Abril com base numa Comissão com participação de todos os partidos, com o programa e com o Orçamento possíveis. Talvez o modelo já esteja a ficar gasto e haja necessidade de se ser criativo e atrair os mais jovens para estas comemorações.

Sobre a questão colocada pelo senhor Carlos Jerónimo de concreto é que o senhor António Falcão Guimarães meteu um processo à Câmara pedindo o pagamento do terreno da Igreja da Brandoa, que não sabe foi cedência desse ou de outro terreno, e que se o Juiz decidir nesse sentido são esses os valores a pagar. Comprometeu-se a analisar o assunto, e sobre o mesmo faria chegar documentação à Assembleia Municipal.

2 - Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"Documentos de Prestação de Contas"***, do ano de 2002.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou da distribuição da declaração de voto tomada pelos Vereadores do PSD e que havia sido emitido parecer da Comissão de Administração Geral e Finanças na reunião havida para este efeito.

A senhora **Primeiro Secretário** leu o parecer (Documento anexo à presente Acta)

O senhor **Presidente da Assembleia** cedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para introdução da proposta, e esclareceu que como só o ponto 2 tem de ser votado, introduzia-se a apreciação do ponto 2 e 3 em conjunto

O senhor **Presidente da Câmara** em relação à execução do Plano Plurianual de Investimentos e quando as receitas, as reacções não foram negativas, inclusive as dos Vereadores do PSD.

Quanto às transferências de capital ficam um pouco aquém daquilo que era a nossa programação. Baseamo-nos no novo sistema de contabilidade, o POCAL. A primeira nota em relação à questão de que estamos a falar. Os dividendos do SMAS também já este ano foram aprovados ainda que não dependam da Câmara. Os administradores que estão no SMAS, em

representação da Câmara irão levar na próxima reunião um proposta de distribuição dos dividendos. A Câmara de Oeiras tem que ser ouvida nesta matéria.

Há ainda outras questões como transferências que estavam previstas e não se realizaram. Por exemplo o INH tinha previsto a transferência de 16 milhões e 375 mil e 413 € e apenas deram 9 milhões e 525 € . O IE tinha previsto uma transferência de 16 milhões e 375 € e só vieram 353 mil e 591 €.

Quanto ao eixo de gestão da Área Metropolitana de Lisboa, estavam previstos 3 milhões e 589 € e apenas vieram 1 milhões e 962 €. Há ainda pessoas individuais que têm a ver com a venda da lotes em hasta pública que fizeram a sinalização.

Estava previsto no P.P.I. uma dotação final em relação à habitação, educação e ordenamento.

Em relação à dotação final e à cabimentação o que foi compromisso foi da ordem dos 25 milhões de €. Ou seja, se fosse cumprido o compromisso de dotação final, teríamos a mais 33,31% do ponto de vista da execução, o PPI não teria uma execução de 54,4% mas sim de 97,72%.

Quanto ao Plano e Orçamento de 2002, à semelhança da declaração feita pelo Sr. Vereador Vieira de Castro, reconheço que foram melhores instrumentos de gestão.

A propósito de previsão de receitas, ao contrário do que o PSD afirma, existe má fé.
As dotações relativas a Impostos e Taxas inscritas do Orçamento de 2002 são iguais à media aritmética simples da cobrança dos dois últimos anos precedentes. As dotações relativas a transferências corrente e de capitais orçamentados estão em conformidade com a efectiva atribuição pelas entidades competentes, contratos, programas celebrados, entre outros o INH e o IEP, candidaturas aprovadas ou contratualizadas no âmbito do Programa Operacional de Lisboa, Vale do Tejo, eixo 1 e eixo 3, Urban e Proqual. Todas os contratos em 2001 e visados no tribunal de contas.

A programação da utilização de empréstimos resulta da aplicação da taxa de financiamento através de capitais alheios, previstos no protocolo do PER com o INH e o IEP.

Relativamente aos equipamentos escolares, está assegurado um empréstimo sem financiamento dos Fundos Comunitários.

Quanto aos fogos do C. S. Brás houve alteração das regras em relação aos juros e o adiamento de emissão de diversos alvarás de loteamento. É natural face à crise que se vive no sector, ou seja, havia uma série de alvarás que podiam ser levantados e não o foram.

No referente às receitas registam-se resultados negativos elevados na venda de bens, investimento, transferência de capitais e passivos financeiros.

A hasta pública de diversos lotes municipais ficou praticamente deserta, como aconteceu nos lotes dos Moínhos da Funcheira.

Em termos gerais o nível de execução da receita cifrou-se nos 71%.

O Bairro do Casal da Mira ficou praticamente concluído. O Bairro do Casal do Silva ficou executado.

Quanto ao programa de requalificação escolar o Ano Escolar de 2002 começou bem: 81 salas com eficácia em Escolas Básicas do 1º. Ciclo, devidamente equipadas, 13 novas salas em Jardins de Infância, 15 novas salas em Escolas Básicas do 1º. Ciclo, 15 novos refeitórios, 42 gabinetes para apoio da direcção dos estabelecimentos, 12 novas bibliotecas escolares.

O Programa URBAN foi concluído e dotou a Cidade de dois equipamentos de maior importância: a Escola Intercultural e a Casa de Acolhimento, Centro Comunitário Internacional na Quinta de São Miguel.

Os estudos e projectos que nos vão permitir utilizar os financiamentos comunitários, estão lançados e concluídos.

Falta o lançamento do URBAN II, do Proqual e Eixo 1.

O senhor Vereador **Vieira de Castro**, agradeceu a oportunidade de ter a palavra para dizer que a declaração de voto entregue no dia 24 de Abril tinha a sua assinatura e que lhe havia sido dito que nesse dia seria enviado para o gabinete do senhor Presidente da Câmara Municipal. Também salientou que além da apreciação dos Documentos de Prestações de

Contas havia sido igualmente crítico em relação à actividade do executivo que deixou a execução em pouco mais de metade daquilo que havia sido orçamentado.

O senhor P**residente da Assembleia** e para que fique em Acta esclareceu que a declaração de voto recebida na Assembleia Municipal por fax e não assinada nem pelo senhor Vereador Vieira de Castro, tinha sido recebido hoje, dia 29/4, e é cópia de um fax de 24/4/2003.

O senhor **Carlos Reis**, usando a figura de interpelação à Mesa declarou que apesar do incidente processual da entrega da declaração e assinada ou não tinha após o esclarecimento do senhor Vereador do PSD.

O senhor **Presidente da Assembleia** realçou o abuso da figura utilizada pelo deputado,...

(má qualidade da gravação)

O senhor **João Paulo Castanheira** ... através dos documentos de Prestação de Contas ficamos com elementos para que se julgue a actuação da gestão autárquica.

O CDS-PP votou contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2002 e alguns, relembrou, não correspondiam às necessidades da população da Amadora, as Grandes Opções do Plano e Orçamento nem respondiam às promessas eleitorais e não representavam um esforço sério de contenção Orçamental.

Agora vê-se que houve um aumento das despesas correntes (12,5%), aumento das despesas com pessoal (13,3%) e uma redução no investimento para as funções sociais e económicas. Era de esperar um corte nas despesas correntes e não no investimento. Mesmo devido aos acertos com as regras do POCAL.

Agora ao analisarmos os Documentos de Prestação de Contas a realidade é muito pior que o previsto, o grau de execução ficou-se pelos 56%, que significa que quase metade ficou por fazer. Em contra partida as Despesas Correntes foram superiores e situam-se nos 90%, por outro lado as Despesas de Capital ficou-se nos 54% com muita obra que ficou por fazer e houve um menor rigor na previsão das Despesas de Capital e que tem um menor peso em

relação às Despesas Correntes mas que as Despesas de Pessoal sobem de 21,2% para 23,6%. O facto de as despesas terem crescido menos não deixam de continuar a crescer, o que significa que não há contracção em termos de despesa de pessoal. Finalmente disse classificar o desempenho da Câmara Municipal da Amadora em 2002 bastante fraco.

O senhor **Martinho Caetano : (Intervenção na integra)**" Muito obrigado Senhora Presidente, boa noite, boa noite Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Exmo Público. Vou tentar ser breve apresentando um conjunto de tópicos que da minha análise tem algum interesse do ponto de vista da síntese do que são as Contas da Câmara Municipal da Amadora do exercício de 2002 e que, mais do que um conjunto enorme de Documentos de Prestação de Contas e que se traduzem naquilo que nós chamamos, habitualmente, os maços de papel, mais do que isso, do meu ponto de vista, importa reflectir sobre alguns aspectos porque as Contas traduzem, do meu ponto de vista digo, a obra da Câmara. Dito isto, e em tópicos, eu relia um excerto muito breve do Parecer da Comissão de Administração Geral e Finanças realizada à dias, no dia 24 de Abril, "A Câmara esteve representada pelo seu Presidente acompanhado pela Senhora Dr. Margarida Guimarães e foi referido o seguinte: Ponto 7 – No que respeita a execução orçamental verifica-se que a taxa de realização das Receitas e Despesas Correntes foi respectivamente 81% e 79%; Ponto 10 – Em termos de Capital as taxas de realização das Receitas e das Despesas foram de 61% e 51% respectivamente; Ponto 15 – O resultado aqui do exercício é de cerca de nove milhões e setecentos e vinte e sete mil Euros; Ponto 16 e último – O valor dos indicadores utilizado neste tipo de análise comprovam a boa situação financeira do Município". Lido este excerto, apraz-me trazer aqui a seguinte reflexão, valeu a pena a grande batalha de à um ano atrás e valeu a pena, com certeza, a grande batalha do último ano, porquê, porque é um facto indesmentível que melhorou globalmente a taxa de execução orçamental da Câmara em termos de análise comparativa com os anos anteriores, como , aliás é dito no Relatório de Gestão, mas dito isto e tão verdade como isto é que, realmente, no Capítulo da Receita e Despesa Corrente nós estamos aquém dos objectivos fixados pela

própria Câmara em 20% e dito isto também, no Capítulo das Receitas e Despesas de Capital, particularmente, no que se refere às Despesas de Capital, e aqui um parêntese para dizer que subscrevo inteiramente a crítica certeira do Senhor Vereador Vieira de Castro que disse e agora repetiu aqui que a sua Taxa de Execução foi pouco mais de metade daquilo que estava previsto, é um facto, Senhor Presidente, disse isso mesmo na reunião da Comissão de Administração Geral e Finanças e está escrito e demonstrado em muitas partes do Relatório de Gestão em gráficos e resulta da análise das Contas. Assim sendo, eu concluo, se é verdade que a execução orçamental melhorou bastante se comparada com exercícios anteriores, em que era uma desgraça, convenhamos, houve exercícios em mandatos anteriores em que a execução orçamental, no seu todo, estava abaixo dos 50%, ela melhorou, de facto, mas Senhor Presidente podemos fazer mais e melhor. Relativamente aos resultados obtidos, a Câmara Municipal registou, e se bem posso ver aqui nesta síntese da demonstração dos resultados, proveitos totais no ano de 2002, sessenta e três milhões de Euros, registou custos totais, cinquenta e quatro milhões de Euros, daqui resultou, o já referido, resultado líquido positivo de nove milhões setecentos e vinte e seis mil, oitocentos e setenta e dois Euros. Bom, o que eu concluo é que estamos na presença de um resultado líquido positivo que em linguagem simples se chama lucro e que corresponde a 15% dos proveitos arrecadados pela Câmara no exercício de 2002, isto é tecnicamente assim, do ponto de vista político eu não posso concordar e da mesma maneira que lutava contra isto quando era Tesoureiro da Junta de Freguesia de S. Brás, que eu hoje aqui refiro apenas como exemplo e da mesma forma que eu também não aceitaria se a Câmara se endividasse sucessivamente e malbaratasse recursos para além daquilo que está no alcance da sua capacidade financeira, também não posso, de modo nenhum, concordar que esta Câmara Municipal exercesse, desculpem, termine um exercício social, que é também um exercício económico, que é também um exercício financeiro, mas que é também um exercício político, com um lucro que, aproximadamente, atinge o valor de um milhão e novecentos mil contos. Dito isto quero finalmente referir, aliás, parece que foi um escândalo quando eu disse à um ano atrás que a Câmara tinha uma saúde financeira de ferro, fico-me muito contente, Senhor Presidente da Câmara, porque agora são os Técnicos que o dizem e foi o Senhor Presidente que o subscreveu no próprio Relatório de

Gestão, estamos de acordo também nisto, mas não posso concordar, não posso concordar que a Câmara Municipal da Amadora, fruto do facto de não fazer toda a obra que podia fazer, fica aquém dos objectivos e por isso sobram meios financeiros e daí resulta, qualquer coisa, que é um facto, aliás não só está nas Contas do exercício de 2002, como está sucessivamente relatado na Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara que ainda hoje aqui analisámos, é um facto que esta Câmara tem meios financeiros, concretamente, depósitos bancários na ordem, em saldo médio que atinge a ordem de grandeza, dezassete milhões de Euros, dezassete milhões de Euros é equivalente a três milhões e quatrocentos mil contos. Dito isto, termino, registando com agrado que depois daquilo que parecia muito escandaloso, dito durante um ano, que a Câmara devia recorrer às Instituições Bancárias, deveria fazer aplicações financeiras dos seus excedentes de Tesouraria, depois de parecer que isto tudo era uma heresia de, concluo agora que o Senhor Presidente da Câmara, penso eu, já que não temos Ministro das Finanças porque o Senhor Presidente da Câmara assume a Pasta das Finanças, penso eu que foi o Senhor Presidente da Câmara, que se calhar nos últimos dias de Dezembro não sei, o que eu sei é que foi no exercício de 2002 ordenou a feitura de uma aplicação financeira de seis milhões de Euros, bom, ainda ficaram disponíveis mais de dez milhões de Euros em depósitos a prazo, mais de dez milhões de Euros significa que são mais de dois milhões de contos e mais de dois milhões de contos em depósitos a prazo significa um benefício hora a hora, minuto a minuto, para os Bancos onde esses meios financeiros estão depositados que, naturalmente, os colocam nas Praças Financeiras Internacionais e significa uma perda para a Câmara, não em termos de prejuízo directo, mas em termos de perda indirecta de um benefício, de uma receita mais que podia arrecadar para fazer mais obra. Muito obrigado Senhor Presidente".

O senhor **António Frade** leu um documento (Documento em anexo à presente Acta).

O senhor **Carlos Reis** afirmou que votariam contra os Documentos de Prestação de Contas porque são documentos que reflectem um Orçamento que não é o deles e também porque

nada do que haviam dito tinha sido rebatido além de se reverem na declaração de voto dos Vereadores.

Reconhece que houve uma melhoria mas não para mudar a intenção de voto.

O senhor **José Fernandes**, começou por salientar não é só a aprovação dos documentos que constituem a Prestação de Contas do exercício de 2002 que está em causa mas essencialmente a análise do Relatório de Gestão tomando como base o Orçamento aprovado para o exercício de 2002. Tomar como base o Plano e avaliar a execução.

O Grupo Municipal da CDU decidiu então optar pela abstenção, aquando da votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2002 por razões, agora confirmadas. As Receitas Correntes e Receitas de Capital ficou-se pelos 70% verificando-se que a previsão de arrecadação das receitas era muito irrealista.

No Relatório de Gestão, a ficha de execução de importantes acções e investimentos não tiveram concretização, e isso traduz-se numa carga negativa da análise a fazer.

Na análise Patrimonial e Financeira pode-se concluir um grau de autonomia de certo modo favorável, pelo que também o grau de execução de acções previstas ser em maior número. A indicação de voto da CDU será pela abstenção.

O senhor **Luís Costa**, pelas intervenções tidas pelos deputados do PSD só poderia concluir que ou desconhecem o POCAL ou não fizeram uma leitura de boa fé.

As Dotações, Cabimentos, compromissos e execuções estão definidas em POCAL. É um processo dinâmico, as obras já estão a ser preparadas no terreno, embora ainda não finalizadas. O compromisso assume a responsabilidade de realizar determinada despesa na obra em projecto. O POCAL é claro quando define que as receitas só podem ser liquidadas e arrecadadas se tiverem sido objecto de inscrição orçamental adequada. Dos 69 milhões e 500 mil € de Dotação da GOP, 86% foram aplicados em funções sociais, sobretudo 66% na Habitação e 16% na Educação, tendo 81% das dotações das GOPs cabimentadas significando já um plano de execução de obras, e 78% em compromissos assumidos. Vê-se neste Relatório a elevada implementação dos programas de Desenvolvimento Municipal. A

Despesa Global desceu 9% e as Despesas de Pessoal e Despesas Correntes devem-se ao desenvolvimento da rede do Pré Escolar e do Parque Escolar com o aumento do Quadro dos Auxiliares de Acção Educativa, e ao aumento da Polícia Municipal.

Quanto aos factores exógenos referidos pelo deputado João Paulo Castanheira, são inerentes aos desfasamentos da execução de obras, e não da gestão camarária, que leva a desfasamentos na execução parcial das despesas.

Dito isto, referiu que o resultado líquido numa gestão camarária não é o lucro, havendo igualmente a considerar que as verbas vindas dos subsídios comunitários e de Orçamento de Estado não podem ser aplicados em especulação financeira.

O senhor **António Santos** diz que em seu entender o documento que se discute resulta da aplicação do Plano ee Actividades e do Orçamento aprovado para 2002, embora estes não se confinem naquele, pois que quer o Plano de Actividades quer o Orçamento se vão construindo dia a dia, semana a semana, mês a mês, medida a medida. A Amadora é uma Cidade que tem déficit na área da Habitação/Realojamento, déficit na Educação, déficit nas Instalações de Actividades de Cultura, Desporto ou Lazer. É uma Cidade com importantes obras em curso. É uma Cidade com muitas coisas por fazer. Pelo que lhe parece haver uma contradição não técnica mas política e que precede qualquer questão técnica. Como pode uma Cidade com déficit nas áreas referidas, apresentar um lucro tão grande ou por outro lado pensar em fazer aplicações financeiras.

Sob este ponto de vista político está contra a forma como são geridas as Contas deste Concelho. Não há contas boas nem más. Há contas bem ou mal feitas. E as contas estão bem feitas, não há qualquer tipo de suspeição. A questão política fundamental é a questão do défices e dos problemas que a Amadora tem para resolver. O dinheiro que existe deve ser para resolver estas questões e não para apresentar saldos positivos de gerência. Ao votarem irão abster-se nas Contas como cartão amarelo à forma política e suas condicionantes que determinaram esta forma de gestão.

O senhor **Galhanas da Luz** lamentou que a oposição e em particular a bancada do PSD não tivessem visto o Relatório do Balanço nem o Relatório da demonstração dos resultados. Enalteceu a qualidade dos documentos apresentados, igualmente documentados para facilitar e apreciar com detalhe a actividade da Câmara em 2002. Desejou que as imposições das restrições feitas às capacidades financeiras dos Municípios não dificultassem a execução para 2003.

Fez igualmente referências às situações exógenas, à vontade do cumprimento da gestão camarária, e o elogio ao esforço da Câmara no cumprimento do Plano das Actividades.

O senhor **Presidente** deu 3 minutos para protesto ao senhor Rafael Evaristo.

O senhor **Rafael Evaristo** questiona a importância da valência que vem acrescentar à discussão e com que critério avalia o trabalho que o Grupo Parlamentar do PSD faz na Assembleia. Também disse que não é um documento que avalia esta Câmara.

O senhor **José Manuel Marques**, sobre alguém que na sua intervenção disse sentir-se indignado em diversas posições ali assumidas, disse que quando as pessoas elegem os seus representantes é para defender os interesses dessas mesmas pessoas e não pelos conhecimentos mais ou menos especialistas de que são conhecedores.

A matemática é uma ciência exacta onde se não permitem falhas. A apreciação da Prestação de Contas é uma apreciação política. Divagar sobre outras áreas, é perder-se a capacidade de analisar o que se se havia proposto fazer. (Como não tinha mais tempo terminou).

O senhor **Carlos Reis** salientou a dificuldade que se coloca a quem discute numa matéria, quando o sentido das palavras não traduzem o mesmo significado para todas as pessoas, ou quando, para se clarificarem há necessidade de encontrar palavras com significados ambíguos.

A declaração de voto do PSD traduz a análise da verdade factual. Cabe ao PS justificar o sucesso ou o fracasso. Há que medir a política pelos resultados e mesmo pelas palavras.

O senhor **João Serrano** reconhecendo que o debate apresentou algumas críticas em relação ao documento, este ficou aquém das expectativas esperadas da oposição.
O PS vai votar favoravelmente. E vai fazê-lo porque em seu entender, este espelha um trabalho difícil, complexo, com melhoria de Projectos executados segundo o POCAL e nomeadamente na área de carácter social que é a marca do PS.
Também os factores exógenos devem ser tidos em conta já que se vive uma conjuntura económica de grande retracção.
Por tudo isso considera o Documento muito positivo.

O senhor **Martinho Caetano :** (Intervenção na integra) " Muito obrigado Senhor Presidente. Dados os considerandos sobre a qualidade de alguns e do brilhantismo de outros queria só pedir-lhe um grande favor, porque me esqueci à pouco, de pedir a transcrição integral da minha intervenção na Acta desta Sessão. Muito obrigado Senhor Presidente".

O senhor **Presidente da Assembleia** após verificar haver um pedido do senhor José Fernandes cedeu a sua intervenção após a intervenção do senhor Presidente da Câmara.

O senhor **Presidente da Câmara** iniciou pelo Grupo Parlamentar da CDU, retorquindo que os motivos argumentados para a abstenção não eram consistentes. Em relação à previsão da Receita, (Sisa, Contribuição Autárquica e Derrama) tinha uma previsão de 24 milhões 967 mil e 346 €, tendo sido recebido 3 milhões 411 mil e 412 €.
Em relação ao resto decerto seria assumir um acto de culpa, pois em vários Planos e Orçamentos anteriores da CDU nunca tinha visto em relação a execução estes resultados. Atingir os 100% é o seu objectivo.
Em relação ao senhor João Castanheira, não esperava elogios, mas também não acredita que não reconheça que existe uma grande diferença entre a execução financeira e a execução física. Para quem está na oposição há questões que convêm ignorar. Nós no acréscimo de Despesas que encontrou, eles existem e existem devidas às transferências das competências

da Administração Central, os aumentos ainda que insuficientes para a Função Pública e um agravamento pelo aumento do IVA. Muita coisa ficou por fazer, mas nunca estará tudo feito no trabalho autárquico.

Ao senhor Martinho Caetano declarou que chegou à conclusão que se não entendem sobre a questão do lucro. A interpretação entre aquilo que é a Receita e aquilo que foi a Despesa paga porque se não podem ignorar os compromissos quando surgem como o caso das indemnizações, ou com o choque fiscal anunciado que se repercutirá na Câmara Municipal.

Não é uma boa saúde financeira, mas não estamos em situação precária como estão muitas outras, mas isso também é devido a opção de gestão escolhida.

O INH, o IEP e a DREL também não conseguiram manter os seus compromissos o que nos prejudicou.

Tentou esclarecer o PSD quando da declaração de voto, mas não conseguiu porque nem sempre querem ouvir.

Ao senhor António Santos apenas referiu que não esperava o teor da sua posição.

O senhor **José Fernandes** responde que o Presidente da Câmara não foi completo nem eficaz no exemplo para debater a sua intervenção porque a sua intervenção se baseia no Relatório de gestão onde evidenciou que na generalidade das rubricas dos Impostos Directos, Contribuição Autárquica, Derrama e Imposto Municipal de Sisa que tinha havido desvios positivos. Mas também, diz o Relatório, em termos globais da execução da Receita cifrou-se nos 71%. E não foi uma interpretação, foram a leitura do texto, pelo que as razões subjacentes continuam válidas.

O senhor **Presidente da Assembleia** pôs a proposta a votação que foi aprovada com 19 votos a favor, 9 contra e 8 abstenções (Documento anexo à presente Acta).

3 – Apreciação, nos termos da alínea c) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, de ***"Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais".***

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Presidente da Câmara para introdução do Documento

O senhor **Presidente da Câmara** aproveitou para salientar que a questão dos consumos 2001/2002 baixou em tudo excepto no material de Educação, Cultura e Recreio. Realçou a qualidade do Balanço apresentado sob o ponto de vista técnico, resultado empenhado pelos diferentes Serviços, na elaboração deste documento.
Uma nota ainda sobre a declaração de voto do PSD
Embora não haja coligação PS/PCP, este é no entanto o resultado da guerra PS/PCP.

O senhor **Presidente da Assembleia** abrindo as inscrições ninguém pretendeu intervir pelo que se passou ao ponto seguinte.

4 – Apreciação para aprovação, nos termos do Artigo 6º. do Decreto Lei nº.7/2003, de 15 de Janeiro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"Criação do Conselho Municipal de Educação".***

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que a Comissão de Educação Cultura e Desporto reuniu para análise da Proposta da Câmara Municipal e emitiu um Parecer.

A Senhora Primeiro Secretário leu o Parecer (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **Vice Presidente da Câmara** prescindiu da apresentação da proposta.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que estavam abertas as inscrições deu a palavra aos inscritos.

O senhor **Rui Queiroz** inicia por salientar que num Estado de Direito a Lei é para ser cumprida e esta proposta é para dar cumprimento ao Decreto Lei n.º. 7/2003.